

Uma história não contada

Arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração*

An untold story: private organizations' archives in the journal *Arquivo & Administração* /
Una historia no contada: archivos de organizaciones privadas en el periódico *Arquivo & Administração*

Thaís Nodare de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

tatanodare@hotmail.com

Renato Pinto Venancio

Doutor pela Universidade de Paris IV - Sorbonne, França, com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Escola de Ciência da Informação da UFMG e pesquisador do CNPq 1D, Brasil.

renvenancio@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa buscou identificar o interesse despertado pelos arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014). Por meio da abordagem histórica, analisaram-se exemplares dessa revista e de outras publicações que tratam do tema. Procura-se explorar como a temática dos arquivos privados surge, a partir da década de 1970, no campo teórico da arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: arquivologia; arquivo de organização privada; arquivo privado institucional; serviço arquivístico.

ABSTRACT

This research sought to identify the interest caused by the archives of private organizations in the journal *Arquivo & Administração* (1972-2014). By means of a historical approach, copies of this journal were analyzed, as well as other publications that deal with the subject. We seek to explore how private archives' theme has emerged since the 1970s in the theoretical field of archival science in Brazil.

Keywords: archival science; private organization's archives; private institutional archives; archivist service.

RESUMEN

Esta investigación ha buscado identificar el interés despertado por los archivos de organizaciones privadas en el periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014). Por medio del abordaje histórico, se ha analizado los ejemplares de esa revista, y de otras publicaciones, que tratan del tema. Se busca explorar cómo el tema de los archivos privados surge, a partir de la década de 1970, en el campo teórico de la arquivología en Brasil.

Palabras clave: arquivología; archivo de organización privada; archivo privado institucional; servicio arquivístico.

Introdução

Conhecer a história da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), criada em 20 de outubro de 1971, é importante. Além de atuar e liderar as conquistas do campo da arquivologia, essa instituição instituiu novos meios de divulgação do conhecimento científico, editando a revista *Arquivo & Administração* de 1972 a 2014.

A representatividade desse periódico para o campo de conhecimento em questão justifica sua escolha como fonte. Dessa forma, pretende-se desenvolver uma abordagem histórica a partir de uma perspectiva compreensiva. De acordo com esse ponto de vista, o que importa é definir a autocompreensão dos atores envolvidos no fenômeno social estudado. Para isso, recorreu-se aos editoriais e artigos do referido periódico, de onde se recolheram todas as menções a respeito dos arquivos de organizações privadas.

No Brasil, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, define no seu décimo primeiro artigo que “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (Brasil, 1991). Da mesma forma, o *Dicionário de terminologia arquivística* apresenta “arquivo privado” como um “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (Arquivo Nacional, 2005, p. 35).

Optou-se, no presente texto, por utilizar a denominação “arquivos de organizações privadas”, embora também se reconheça o uso das expressões “arquivos de pessoas jurídicas” e “arquivos de entidades coletivas de direito privado”. Isso porque o conceito de organização “engloba qualquer entidade, formalmente constituída com o objetivo de cumprir finalidades específicas, sejam elas econômicas ou sociais” (Pazin, 2012, p. 18). No Brasil, a legislação denomina as organizações formais de duas maneiras: as de pessoas de direito público correspondem aos órgãos públicos em seus vários níveis administrativos, já as de pessoas jurídicas de direito privado equivalem, entre outras instituições, às empresas, associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos (Brasil, 2002, artigo 44).

A retrospectiva do debate sobre os arquivos de organizações privadas

Pesquisas pioneiras sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil (Fonseca, 2005; Marques, 2007; Santos, 2014; Silva; Orrico, 2015) apontam a década de 1970 como de extrema importância para o estabelecimento de parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil. Vários autores procuraram explicações, através do estudo de associações profissionais ou de entidades custodiadoras de acervos, a respeito da trajetória acadêmico-institucional e profissional desse campo no país. Cada um dos autores anteriormente citados procurou explorar dimensões específicas. Entretanto, convergiram na busca de interpretações sobre a trajetória da área arquivística no Brasil.

O processo de institucionalização da arquivologia brasileira ocorreu entre os anos de 1940 a 1970, segundo Paulo Elian dos Santos (2014). Esse autor cita três iniciativas nesse campo: 1) a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp); 2) a criação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e 3) os esforços realizados pelo Arquivo Nacional visando estabelecer laços estreitos com os conhecimentos produzidos, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos, que em muito contribuíram para a formação do campo arquivístico, bem como dos profissionais de arquivo no Brasil.

A partir de 1950, a proposta de *records manager* de Schellenberg começa a ganhar força entre arquivistas brasileiros. Nessa época, José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, convida o pesquisador a desenvolver estudos em profundidade sobre os problemas arquivísticos nacionais. Dentre as inúmeras contribuições desse autor, consta a autorização de traduções de seus escritos, bem como a cessão dos direitos autorais de suas obras. Em 1959, é traduzido seu pioneiro estudo, intitulado *A avaliação dos documentos públicos modernos*. No ano seguinte, vem a lume o desafiador “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”. Três anos mais tarde, também é vertida para o português a obra *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Em 1973, o clássico *Arquivos modernos: princípios e técnicas* é traduzido para o português por Nilza Teixeira Soares (Santos, 2014).¹

¹ Bibliotecária do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Obteve, em 1950, bolsa do governo norte-americano para frequentar cursos nas áreas de gestão de arquivos correntes e de administração de arquivos permanentes na American University. Atuou ainda como bolsista do Conselho Britânico na área de documentação pública junto ao Parlamento e ao Arquivo Nacional do Reino Unido. Fez Estágio Técnico Internacional de Arquivos promovido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961 (Santos, 2014).

Esse último livro apresenta um conjunto de técnicas e conceitos utilizados até os dias atuais e que em muito contribuiu teoricamente para inúmeros trabalhos práticos e teóricos, sobretudo no que se refere à temática da gestão de documentos. Na década de 1970, foram estabelecidos outros parâmetros que definem as questões arquivísticas no Brasil, como, por exemplo, a regulamentação da profissão de arquivista. A AAB, por essa época, exerceu indiscutível liderança nas conquistas alcançadas, conforme reconhece Michel Duchein:

Na falta de uma centralização ou de uma coordenação administrativa que abranja a totalidade dos arquivos no Brasil, existe no país, desde 1971, um órgão não oficial que assume função notável neste campo. Trata-se da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que conta atualmente com mais de dois mil sócios. (Duchein, 1979, p. 28)

Uma das primeiras iniciativas da AAB foi a criação da revista *Arquivo & Administração*, que começa a ser publicada em 1972, conforme mencionado. A criação desse veículo de divulgação, na perspectiva do fenômeno associativo, equivale a instrumento de ação (Silva; Orrico, 2015, p. 88). Essa revista inicialmente foi trimestral, divulgando textos, notícias, fotos e informes sobre cursos e eventos. De 1972 a 1999, apesar de várias falhas anuais, foram publicadas 35 edições, equivalendo a 57 volumes, em suporte impresso. Esse periódico voltou a ser publicado em 2004, em edições on-line e em suporte impresso, com periodicidade variando entre semestral e anual.

A leitura dessa fonte indica que nela foram divulgados diferentes estudos relacionados à arquivologia, inclusive aqueles referentes aos arquivos de organizações privadas, conforme afirmação que se segue.

Sobre o horizonte da administração dentro do campo arquivístico, o discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros é de constatação da emergência do reconhecimento por parte das empresas de que seus arquivos seriam importantes recursos administrativos, o que está presente neste enunciado, “são muitas as empresas particulares que, organizadas dentro de padrões racionais, não se descuidam de seus arquivos”. (AAB, 1972, p. 2, apud Silva; Orrico, 2015, p. 91-92)

No projeto corporativo, “a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos, tornando-se eficientes instrumentos da dinâmica empresarial ou administrativa”. (AAB, 1973c, p. 5, apud Silva; Orrico, 2015, p. 91-92)

Quadro 1 – Enunciações da AAB sobre arquivos de organizações privadas, nos editoriais e artigos da revista *Arquivo & Administração*, 1972-2014

Temática	Edição	Enunciados
Arquivos de empresa / arquivos na empresa / arquivos privados de pessoa jurídica / arquivos de empresas privadas / arquivos privados de empresas / arquivos de organizações privadas	abr. 1973	O arquivo na empresa (p. 6)
	set. 1973	Arquivos de empresas (p. 16); Testemunho: “Pode um arquivo organizado representar um bom investimento para uma empresa?” (p. 19); <i>Know-how</i> para modernizar sua empresa (p. 26)
	abr. 1974 ex.2 abr. 1974 dez. 1973 ex. 2	Arquivos de empresas (p. 29)
	abr. 1975 dez. 1974 ex. 2	III Curso: arquivo de empresa (p. 20)
	ago. 1975 ex. 2	IV Curso de organização de arquivos de empresa (p. 15); “Cochilos na classificação” (empregada em organizações particulares) (p. 30)
	abr. 1978 ex. 2 abr. 1978 ex. 3 abr. 1978	Problemática atual dos arquivos particulares (p. 5)
	maio/ago. 1978	Arquivo <i>versus</i> empresa: uma briga de foice (p. 7)
	set./dez. 1981 maio/ago. 1981 ex. 2	Os arquivos e a avaliação de documentos (2. arquivos de empresas, econômicos e sociais) (p. 16)
	jul./dez. 1986 ex. 2	Reorganização de arquivos empresariais: um estudo de caso (p. 77)

Fonte: elaboração própria, com base nos exemplares disponíveis on-line no site da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional) na lista de coleção *Arquivo & Administração*. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbibl-col0. Acesso em: 15 out. 2020.

Tendo em vista essa temática, buscamos nos editoriais e artigos da revista, no período de 1972 a 2014, as seguintes palavras-chave: “arquivos de empresas”; “arquivos na empresa”; “arquivos privados de pessoa

jurídica”; “arquivos de empresas privadas”; “arquivos privados de empresas”; e “arquivos de organizações privadas”. Por vezes, para ampliar o escopo dessa busca, também se procurou pelas referidas palavras separadamente.

No sentido de sistematizar essas informações, foi elaborado o Quadro 1, de acordo com o levantamento do conjunto dos exemplares disponíveis on-line, que estão no site da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional), na coleção *Arquivo & Administração*. Conforme é possível observar nos 57 exemplares dessa revista, há textos de diferentes naturezas (editoriais, artigos, depoimentos, entrevistas e notícias de eventos) que tratam da temática arquivos empresariais/arquivos na empresa/arquivos privados jurídicos. Outro aspecto a ser sublinhado é que, embora tal tema tenha animado essa publicação em seus primeiros tempos, parece ter desaparecido nas fases mais recentes da revista. De fato, ele deixou de ser abordado a partir da década de 1990.

Tabela 1 – Textos publicados no periódico *Arquivo & Administração*, 1972-2014

Década	Total de textos	Textos sobre arquivos de organizações privadas	% de textos sobre arquivos de organizações privadas
1972-1980	240	9	3,7
1981-1990	62	2	3,2
1991-2000	24	0	0
2001-2010	62	0	0
2011-2014	39	0	0
Total	427	11	2,5

Fonte: elaboração própria, com base nos exemplares disponíveis on-line no site da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional) na lista de coleção *Arquivo & Administração*. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbibl-col0. Acesso em: 15 out. 2020.

Na Tabela 1 é apresentado, por décadas, o total de textos publicados no periódico da AAB, assim como aqueles que versaram especificamente sobre arquivos de organizações privadas. Conforme é possível perceber, tanto em números totais de textos publicados, como naqueles referentes ao tema da pesquisa, a década de 1970 se destaca. A constatação mais

importante, porém, é a de que o tema dos arquivos de organizações privadas sempre foi raro e, no conjunto da história da revista da AAB, não ultrapassou 2,5% do total das publicações, traduzindo assim uma vocação fortemente pública da arquivologia brasileira.

No periódico em questão, os textos identificados compreendem os arquivos de empresas privadas como fonte de informação para os diversos setores dessas organizações. Parece-nos que os arquivos são colocados como instância informacional e gerencial, pois “por meio do arquivo, o empresário poderá orientar o andamento dos negócios, controlar e coordenar as atividades da empresa, analisar os resultados obtidos, situando os documentos na condição de peças vitais para o bom andamento de toda uma estrutura” (A&A, 1973, p. 6). Além disso, observa-se, nos exemplares elencados no Quadro 1, que havia uma preocupação em formar e atualizar os profissionais nas técnicas de planejamento e organização de arquivos, notadamente na área empresarial privada. Em relação a essa última questão, cabe também destacar a inclusão, no levantamento do Quadro 1, dos títulos de cursos promovidos pela AAB e dos editoriais e demais enunciados da própria associação. O propósito foi o de identificar como a gestão de documentos² privados era abordada na publicação oficial dessa associação.

Para além das palavras-chave presentes no conceito de gestão, entendemos que a identificação das funções arquivísticas³ pode ser um indicativo da compreensão da gestão documental, já que há uma relação intrínseca entre ambas. Dentre as funções arquivísticas incluídas no artigo de Gilda Nunes Pinto, intitulado “Arquivo na empresa” e publicado em 1973, constata-se as de “classificação” e “preservação”, enfatizando-se a importância dos arquivos na “informática gerencial”. Segundo essa perspectiva, o arquivo “deixou de ser um simples depósito de papéis para ser um armazenamento de informações que deverão ser irradiadas, por meio de uma técnica especial, para os diversos setores da organização a que serve”. Essa autora, dessa forma, valoriza a importância da forma científica de tratar o arquivo

² Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Arquivo Nacional, 2005).

³ De acordo com Couture e Rousseau (1998), são sete as funções arquivísticas: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão.

para que, no momento preciso, o administrador tenha em mãos as informações necessárias à tomada de decisões. Se não houver um meio científico de ordenar e guardar estas informações, será impossível recuperá-las no momento exato, o que viria prejudicar a finalidade principal desses documentos: prestar informações. (A&A, 1973, p. 6)⁴

Conforme mencionado, outra função referida por Gilda Nunes Pinto é a de preservação, ao argumentar a favor da “microfilmagem”, naquele momento compreendida como uma tecnologia avançada: “Estão sendo adotadas técnicas mais modernas, compatíveis com o desenvolvimento da tecnologia – como microfilmagem. A microfilmagem é a solução para resolver os problemas causados por grandes volumes de documentos”.

No editorial de setembro de 1973, intitulado “Arquivos de empresas”, informa-se que a Associação dos Arquivistas Brasileiros realizou, de 2 de maio a 15 de junho de 1973, no salão nobre do Arquivo Nacional, um “curso de organização de arquivos de empresas”. Tratava-se de curso de quarenta horas, cujo objetivo era formar e atualizar pessoal administrativo, notadamente gerentes, supervisores, chefias e assessores de direção de empresas comerciais, industriais e bancárias. Quanto a esse evento, o mais importante é destacar que as matérias lecionadas no curso abordam a gestão documental no viés das funções arquivísticas.

As matérias versaram sobre: arquivo como instrumento de informação; métodos de arquivamento; a documentação da empresa; análise da documentação do arquivo; movimentação de documentos; recuperação da informação; arranjo dos arquivos de custódia; descrição e referência dos arquivos de custódia; arquivo e computador; instalação, pessoal e equipamentos; avaliação, seleção e destinação de documentos; arquivos e as técnicas modernas. (A&A, 1973, p. 16)⁵

Somado a isso, vale destacar o número de inscritos e participantes nesse curso: quarenta alunos, que representavam empresas públicas,

4 Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83142/83142_329.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

5 Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

privadas e de capital misto. As organizações privadas e mistas participantes foram as seguintes:

Automóvel Club do Brasil;
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro;
Companhia Brasileira de Energia Elétrica;
Companhia Engenharia Indústria – Ceibrasil;
Construtora Brunet Ltda.;
Centro Educacional de Niterói;
Furnas Centrais Elétricas S.A.;
H. Stern Comércio e Indústria S.A. (A&A, 1973, p. 16)⁶

Vale ressaltar que, embora a proposta do curso fosse para empresas privadas, a procura majoritária partiu de órgãos públicos: das 26 instituições inscritas, apenas oito (30,7%) eram de capital privado ou misto. Uma possível explicação para isso decorre da forma de divulgação desse evento. A pesquisa em 21 jornais diários e revistas semanais de São Paulo, principal centro empresarial do Brasil, não revelou notícia alguma a respeito do curso da AAB.⁷ Em relação ao Rio de Janeiro, sede do curso, a pesquisa em 23 jornais diários e revistas semanais indicou que apenas o *Diário de Notícias* noticiou esse curso:

Corra, porque dia 25 é o último dia de inscrição para o curso de arquivo de empresa promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros que fica lá na Praça da República, 26 e tem até telefone (252-2338). O curso se realizará de dois de maio a 15 de junho, nas segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h30 a 20h30. Serve para gerentes, supervisores, chefias administrativas, assessorias de direção etc. também. (Dicas da semana, 1973, p. 4)

Já o Arquivo Nacional destacou esse curso em seu relatório anual, início de sua divulgação nas instituições públicas. Além disso, reproduziu os títulos das aulas e as alterações na proposta inicial, ocorrendo a exclusão do tema “movimentação de documentos” e o acréscimo do conteúdo “arquivo e computador”. O *Mensário do Arquivo Nacional* (MAN)

⁶ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁷ Pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

indicou, ainda, a lista dos conteúdos e dos professores que ministraram o curso:

Aulas (Curso de organização de arquivos de empresa):

1. O arquivo como instrumento de informação. Professora Marilena Leite Paes
2. Problemas de organização e métodos. Professor Jorge Gustavo da Costa
3. A documentação da empresa. Professor Arthur Ebert
4. Métodos de arquivamento. Professoras Regina Alves Vieira e Wilma S. Corrêa
5. Análise da documentação do arquivo. Professora Lourdes Costa e Souza
6. Recuperação da informação: descrição e referência dos arquivos de custódia. Professora Leda de Ticiano Walker Naylor
7. Arquivo e computador. Professor Antonio Garcia de Miranda Netto
8. Instalação. Professora Hâmida Rodrigues Helluy
9. Pessoal. Idem
10. Avaliação, seleção e destinação de documentos. Professora Gilda Nunes Pinto
11. Equipamento. Professora Hâmida Rodrigues Helluy
12. Os arquivos e as técnicas modernas. Professora Gilda Nunes Pinto. (MAN, 1974)

No volume acima citado foi também publicado o “Testemunho do diretor presidente da organização RUF”, empresa especializada em organização de arquivos. É interessante analisar o seguinte questionamento, avançado nesse texto, a respeito de “Quais as atribuições do departamento técnico de arquivamento, comunicação e planejamento de sua empresa?” (p. 19). Nele, o depoente relata que a atribuição deste “departamento” é orientar os clientes sobre as diversas possibilidades de arquivamento. Isso se refere não somente à infraestrutura, como também à forma de arquivar (ordem alfabética, numérica etc.). Conforme é possível observar, a atenção parecia voltar-se para os métodos de ordenamento comuns à biblioteconomia, não relatando nenhuma experiência referente à gestão documental arquivística. No artigo “*Know-how* para modernizar sua empresa”, o enunciado já destaca a importância do arquivo para a empresa como um *know-how* (saber como), ou ainda um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por uma empresa, que traz para si vantagens competitivas.

O Brasil só há pouco tempo parece haver despertado para a complexa problemática dos arquivos. Em nosso país, os responsáveis pelo planejamento e organização de arquivos, dentre as dificuldades com que se defrontam, têm-se

ressentido sobretudo da escassez de literatura especializada, em língua portuguesa, que enfoque objetivamente os aspectos peculiares da administração de documentos. O reconhecimento da importância dos arquivos, bem como o crescimento quantitativo dos documentos, passaram a exigir técnicas cada vez mais aperfeiçoadas para o efetivo controle da documentação produzida. (A&A, 1973, p. 26)⁸

Nesse sentido, apresentou-se que o caminho para enfrentar as dificuldades com que as empresas se defrontavam a respeito do planejamento, organização e efetivo controle da documentação produzida, encontrava-se no então recém-lançado livro de T. R. Schellenberg, *Arquivos modernos: princípios e técnicas*.

Conforme assinala a tradutora [deste livro], o maior mérito da obra está no tratamento integrado que Schellenberg dispensa à problemática arquivística. Preocupa-se com a constituição dos arquivos desde o momento em que são produzidos os documentos, passando pelos arquivos correntes, até o seu arquivamento definitivo nos arquivos permanentes ou de custódia.

Na verdade, o destino dos documentos arquivados (ou arquiváveis) é passar por uma lenta evolução que os afasta mais e mais de seu objetivo originário. Com o transcorrer do tempo, embora possa diminuir o seu valor administrativo ou informativo, vai aumentando a sua importância como documentação histórica. Assim, não se pode considerar o arquivo como uma dupla independente e separada de compartimentos estanques: arquivos correntes ou administrativos e arquivos permanentes ou históricos.

Na realidade, são pura e simplesmente um todo, em processo de transformação, e como tal devem ser tratados. (A&A, 1973, p. 26-27)⁹

Portanto, esse livro de Schellenberg é indicado como um caminho para as organizações privadas lidarem com o aumento do volume e da complexidade dos documentos, ressaltando os serviços arquivísticos como indispensáveis ao eficiente desempenho das atividades administrativas.

⁸ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁹ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Salienta-se que a gestão documental deveria ser difundida, tanto em órgãos governamentais como em empresariais, privados ou de capitais mistos.

No texto “Currículo superior de arquivo”, publicado em abril de 1974, é indicado que, além da habilitação geral como “arquivologista”, as instituições universitárias deveriam criar habilitações específicas (arquivos históricos, oficiais, empresariais, escolares, científicos etc.). Somado a isso, o volume dedicou uma sessão ao segundo curso de organização de arquivos de empresas, que contou com a participação de vinte alunos, representando empresas públicas e privadas. Nesse curso é possível verificar a presença das novas ideias de gestão documental e de arquivos permanentes, tendo em vista o emprego dos termos “avaliação”, “seleção”, “destinação dos documentos”, “arranjo” e “descrição”, uma indicação da difusão do livro de Schellenberg.

O programa versou sobre os seguintes temas: o arquivo como instrumento de informação; problemas de organização e métodos; a documentação fiscal da empresa; análise da documentação do arquivo; avaliação, seleção e destinação dos documentos, movimentação de documentos; métodos de arquivamento; pessoal; instalação e equipamentos; arranjo e descrição dos arquivos de custódia; recuperação da informação; os arquivos e as técnicas modernas, arquivo e computador e racionalização do fluxo dos documentos.

Além das aulas, o programa incluiu visita aos arquivos de Furnas Centrais Elétricas, demonstração de equipamentos modernos e um painel de avaliação. (A&A, 1974, p. 29)¹⁰

Também é anunciado, nos volumes da revista de abril e de agosto de 1975, um curso sobre “administração de arquivos de empresas” (edições: III e IV). Na verdade, a pesquisa em periódicos da grande imprensa revelou que esse tipo de curso não havia deixado de ocorrer. Em 1974, embora não noticiado no periódico da AAB, tal evento foi divulgado no *Jornal do Commercio*, ora aparecendo como “curso de arquivista”, ora como “curso intensivo para gerentes e supervisores”, conforme pode ser observado nas citações abaixo:

¹⁰ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112390/112390_333.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CURSO DE ARQUIVISTA

Estão abertas até a próxima quarta-feira as inscrições do curso promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, a realizar-se de 14 a 18 do corrente, para gerentes, supervisores, chefias administrativas, assessorias de direção e elementos do poder decisório das empresas comerciais, industriais e bancárias. O curso será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 9 a 18 horas, na sede da associação, na Praça da República, 26, não tendo fins lucrativos, constituindo-se em serviço e colaboração prestados ao setor empresarial para solucionar os seus problemas em matéria de documentação. (Curso de arquivista, 1974, p. 8) Serão abertas inscrições para o curso intensivo para gerentes e supervisores promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (Praça da República, 26). (Agenda, 1974, p. 16)

Especificamente na edição de agosto de 1975, é publicado que a AAB deu mais um passo na escalada para valorizar a atividade arquivística: um encontro de pessoal de empresa e de serviço público, para juntos estudarem o tema dos arquivos especializados em plantas, desenhos e mapas, reconhecidos na época como “arquivos técnicos”. Informações da grande imprensa também mostram que esse curso passou a ter duração bem menor – apenas cinco dias – e começou a se exigir pagamento de inscrição. Essa última mudança diminuiu o número potencial de inscritos, enquanto a primeira viabilizou sua continuidade ao longo do tempo, conforme uma vez mais é possível ler no *Diário de Notícias*:

Um curso sobre o planejamento e organização de arquivos de empresas será promovido, de 3 a 7 de novembro, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. O curso terá a duração de 35h de atividades de aulas, sessões de estudo, debates e visitas, diariamente em dois turnos: das 9 às 12 horas e das 13h30 às 17h30. Os interessados poderão se inscrever, até o dia 24 de outubro, na Associação dos Arquivistas Brasileiros, na Praça da República, 26, 3º andar, pagando uma taxa de Cr\$ 1.500,00, sendo que associados gozam de desconto de 15% que também será concedido aos que, na inscrição, se tornarem associados, efetuando o pagamento da anuidade. (Boletim, 1975, p. 8)

Anúncios dos anos seguintes, abaixo reproduzidos, mostram a consolidação desse treinamento:

A Associação dos Arquivistas Brasileiros realizará, de 14 a 18 de agosto, um curso de organização de arquivos de empresas. Informações na secretaria da entidade – Praia de Botafogo 186, sala B217. (Em pauta, 1978, p. 14)

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE EMPRESA

Promoção da Associação dos Arquivistas Brasileiros, de 26 a 30 de maio. Inscrições na sede da AAB, à Praia de Botafogo, 186 – sala B-217. Telefone 246-6637. (Curso de aperfeiçoamento..., p. 7)

Em paralelo a essa constatação, o texto “Cochilos na classificação”, de Maria Luzia Dannemann, merece atenção. A autora destaca que a classificação de Melvil Dewey continuava a empolgar muito os dirigentes de empresas. Esses, ao frequentarem bibliotecas, viam com que facilidade as “meninas” – ou seja, as bibliotecárias – encontravam as obras solicitadas. Razão pela qual muitos deles optaram, sem qualquer exame, por implantar em arquivos empresariais a classificação de assuntos criada pelo grande bibliotecário norte-americano.

Daí algumas calamidades encontradas quando se realizou a revisão do arquivo de uma grande empresa. 1) Uma carta onde o remetente noticiava: “Revista Militar organizada para festejar a passagem de uma data nacional...” foi classificada em “Publicações”; 2) Telegrama de um visitante europeu, de regresso a seu país, dizia: “Ao transpor o Equador quero mais uma vez agradecer as homenagens recebidas...” foi classificado em “República do Equador”. 3) A referida empresa, com grande número de empregados, estava construindo um teatro para recreação deles e suas famílias. Ao receber a proposta do fornecimento de cadeiras, bancos e estantes, essa trazia como título “Peças para o teatro”. É fácil deduzir que nesse arquivo muitos papéis e documentos nunca foram encontrados e culminou com a necessidade urgente de uma completa revisão. (A&A, 1975, p. 30)¹¹

Essa autora, dessa forma, alega, com razão, que a classificação por assuntos não deve ser a base de classificação de documentos arquivísticos, alertando aos iniciantes na função de arquivistas: “Em arquivo podemos adotar a técnica de Dewey, mas não a sua classificação”. Ou seja, já havia, na década de 1970, uma compreensão tanto da “classificação” como uma função própria do campo da arquivologia, quanto dos desastres informacionais causados pela adoção de critérios técnicos da biblioteconomia na gestão documental.

No volume 6, número 1, de 1978, do periódico em questão, o texto “Problemática atual dos arquivos privados”, assinado por Heloísa Liberalli

¹¹ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112396/112396_337.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Bellotto, é outro momento de ênfase na importância temática dos arquivos privados. Não há como negar que esse estudo teve grande repercussão no campo arquivístico. A intenção da autora foi discutir as questões em torno dos chamados “arquivos particulares”. Para isso, em um primeiro momento, o enfoque volta-se para a definição/conceituação do que seriam os “arquivos privados”. Esses últimos são assim definidos: “Arquivos econômicos, sociais e privados (de pessoas) são as modalidades em que se apresentam os arquivos particulares”. Em um segundo momento, o foco volta-se para a importância desse tipo de arquivo na pesquisa histórica.

Ora, é evidente que certos aspectos econômicos, sociais, técnicos e científicos só poderão ser verdadeiramente esclarecidos se o pesquisador puder contar com um material para além das fontes oficiais, isto é, as existentes nos arquivos públicos, decorrentes das atividades dos respectivos órgãos estatais. Arquivos de empresas técnicas, agrícolas, industriais, de transportes, comerciais e financeiras, assim como de associações de classe, sindicatos e movimentos de trabalhadores etc. são fundamentais à história econômica e social [...].

O arquivo particular, portanto, seja na sua modalidade de arquivo econômico, social ou privado, isto é, o de pessoa física, possibilita um campo específico de pesquisa, notadamente na história contemporânea, de inestimável valor. (A&A, 1978, p. 5-6)¹²

Esse texto prossegue, buscando também refletir sobre a relação orgânica dos conjuntos de documentos produzidos por entidades ou por pessoas no curso de suas atividades, bem como enfatiza que o problema principal em relação aos arquivos particulares tem sido, em primeiro lugar, “o acesso”. Bellotto avança uma detalhada explanação de como procedem alguns países em relação aos “arquivos econômicos”, concluindo que na medida em que é oneroso e incômodo para as organizações médias manter seu próprio arquivo permanente (problema que talvez não ocorra nas grandes empresas), a solução parece ser realmente que uma entidade de classe ou de pesquisa universitária possa congrega tais arquivos (A&A, 1978).

Essa autora reconhece, ainda, a importância da preservação e divulgação dos arquivos particulares:

¹² Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112407/112407_345.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Na medida das oportunidades que aparecem no desempenhar de nossas funções arquivísticas, procurar dissipar as desconfianças dos proprietários dos arquivos econômicos, sociais e privados de interesse para a história local e nacional, convencendo-os de que a instituição que pretende custodiar aqueles arquivos não deseja imiscuir-se em questões que não sejam de caráter de pesquisa histórica. (A&A, 1978, p. 9)¹³

É possível inferir, dessa forma, que o texto de Bellotto se volta para o esclarecimento do que são os arquivos privados. Ela, aparentemente, não tinha pretensão de discutir a gestão de documentos, mas sim tornar clara a relevância dos “arquivos particulares” para a pesquisa acadêmica.

Na publicação de agosto de 1978, o artigo de Maria Amélia Gomes Leite “Arquivos versus empresa: uma briga de foice” é um depoimento sobre o processo de organização de arquivo de empresa. O objetivo dessa autora foi demonstrar a dificuldade de mudança de cultura dentro de uma organização e, em razão disso, os motivos do fracasso de experiências de implantação de serviços arquivísticos. Ao mesmo tempo, alerta para os problemas da implementação de políticas de gestão e questiona se seria possível sistematizar e transmitir, através de vivências profissionais específicas, formas de superar ou contornar esses problemas. Somado a isso, o texto aborda um aspecto comum a todos os arquivos (e muito especialmente aos empresariais): as barreiras e dificuldades que se criam a cada passo quando se tenta transformá-los em arquivos que efetivamente refletem a estrutura da empresa, agindo como uma unidade de planejamento e ganho de eficiência administrativa (A&A, 1978).

Na revista da AAB do ano 1981, volume nove, número três, o artigo “Os arquivos e avaliação de documentos” merece ser destacado. As reflexões desse volume versam sobre os critérios gerais de seleção e avaliação arquivísticas, realçando o caráter interdisciplinar dos mesmos, tendo em vista as dificuldades de se determinar o valor dos documentos pela subjetividade que essa atividade encerra. Constata-se, ainda, que esse volume prioriza a discussão no âmbito dos arquivos públicos. Porém, Nilza Teixeira Soares chama atenção para o fato de as empresas privadas, naquele momento, parecerem estar mais atentas à “avaliação”. Ela explica essa questão mais detalhadamente na seguinte passagem:

¹³ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção Arquivo & Administração. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112407/112407_345.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Quanto à avaliação de documentos, seria procedente que nos ativéssemos aos arquivos oficiais, pois, na verdade, as empresas privadas estão muito atentas aos problemas de relações jurídicas para com o Estado, com seus clientes e empregados, e conhecem bem os valores legal e fiscal que os documentos apresentam, pois sabem o que representa em termos de prejuízo financeiro não se munirem das necessárias provas, para eventuais questões. Sabem por quanto tempo podem ser os documentos úteis para comprovações em juízo ou junto aos órgãos de tributação, aos órgãos fiscais.

Quanto à guarda de documentos inúteis, as empresas também são mais criteriosas que os órgãos públicos, pois dimensionam o que representa em custo a manutenção de depósitos. Nos órgãos públicos, é sabido, não existe a preocupação da redução de custos e despesas inúteis [...]. (A&A, 1981, p. 16)¹⁴

Prosseguindo nessa análise, é importante explorar o volume da revista da AAB de julho a dezembro de 1986. Chama-nos atenção o texto “Reorganização de arquivos empresariais: um estudo de caso”, de Léa de Aquino, que discute o processo de gestão de documentos através de sistemas de informação, visto de forma complementar à teoria das três idades. A autora frisa que

a integração dos arquivos aos sistemas de informação das empresas poderá ser alcançada, mais rapidamente, na medida em que os arquivos estejam preparados para utilizar os modernos recursos que a tecnologia da informação vem colocando à sua disposição, com destaque para o vínculo computação-micrografia. A gestão de documentos é apresentada como um caminho técnico para a organização dos serviços de arquivo. Examina procedimentos técnicos adotados em operações dos subsistemas de transferência/avaliação, arquivos correntes, arquivo intermediário, arquivo permanente e microfilmagem [...]. (A&A, 1986, p. 77)¹⁵

É também importante enfatizar como se refletia, naquele momento, o uso da tecnologia, no caso os sistemas de informação e a integração dos

14. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83157/83157_356.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

15. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112449/112449_358.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

arquivos. Em outras palavras, consta-se que existia uma preocupação em preparar os arquivos para que passassem a utilizar os recursos da tecnologia da informação. A chegada dessa tecnologia às organizações, fossem elas privadas ou públicas, trouxe novas metodologias e formas de entender os documentos de arquivo.

Como é possível constatar através do periódico *Arquivo & Administração*, desde a década de 1970 o debate sobre arquivos de organizações privadas esteve presente no campo da arquivologia no Brasil. Por meio da leitura dessa publicação, depreende-se, ainda, que o debate sobre os arquivos de organizações privadas recebeu enfoques específicos e resultou em um número de artigos bastante reduzido, se comparado ao debate sobre outros temas.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou revelar e problematizar a respeito dos arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração*. Compreender como esse tema é abordado no campo teórico da arquivologia no Brasil pode contribuir com a história da arquivística, como também pode contribuir com a arquivística, tendo em conta sua história (Marques, 2007).

Ao se considerar essa última dimensão, torna-se surpreendente, até certo ponto, o fato de, a partir de 1990, o tema dos “arquivos de empresas privadas” desaparecer do periódico da AAB. Há vários elementos que talvez ajudem a entender essa evolução (ou involução), cabendo ressaltar pelo menos dois deles: 1) o impacto da ciência da informação no campo teórico da arquivologia, alterando a eleição de objetos de pesquisa; 2) as mudanças legislativas, com a promulgação da lei n. 8.159, de 1991, denominada Lei de Arquivos, que em muito revalorizaram o debate teórico em torno dos arquivos públicos como protagonistas na implantação de políticas arquivísticas e de sistemas nacionais, estaduais e municipais de arquivos.¹⁶

A presente pesquisa sugere, portanto, que a evolução da arquivologia, como de qualquer outra área do conhecimento, não é linear. Há avanços e recuos, há concorrências teóricas e metodológicas, há declínios ou expansões de enfoques temáticos, e assim por diante. A recuperação dessas

¹⁶ Somos gratos à professora Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Unesp), por essa última observação em comunicação oral.

experiências históricas – em particular as da AAB e de seu periódico – em muito podem auxiliar na escrita de “histórias não contadas” dos pioneiros e fundadores da arquivologia no Brasil. Tal recuperação também implica uma reatualização dessas experiências, abrindo caminho para renovações e inovações, inclusive no que diz respeito aos arquivos das organizações privadas.

Referências

- AGENDA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 149, n. 79, p. 16, 10 jan. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=26604. Acesso em: 14 maio 2020.
- ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO (A&A). Rio de Janeiro: AAB, 1972-2004. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblo. Acesso em: 7 jan. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 7 jan. 2020.
- AUTOMAÇÃO NOS ARQUIVOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 337, p. 35, 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=3502. Acesso em: 14 maio 2020.
- BOLETIM. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 16.424, p. 8, 1 out. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=40241. Acesso em: 14 maio 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 7 jan. 2020.
- _____. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 7 jan. 2020.
- COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. K. *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- CURSO DE APERFEIÇOAMENTO em organização de arquivos de empresa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6, 9 maio 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=6413. Acesso em: 14 maio 2020.
- CURSO DE ARQUIVISTA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 148, n. 75, p. 8, 5 jan. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=26520. Acesso em: 14 maio 2020.
- DICAS DA SEMANA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 20 abr. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22. Acesso em: 14 maio 2020.
- DUCHEIN, Michel. *Relatório sobre os arquivos no Brasil*. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 28-30, jan./abr. 1979.
- EM PAUTA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 151, n. 239, p. 14, 19 jul. 1978. Disponível em:

- http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=57955. Acesso em: 14 maio 2020.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, Yuri Queiroz. *Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história*. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- HYVY, Tom. Private archives. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. *Encyclopedia of archival science*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL (MAN). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, ano 5, n. 3, p. 42-43, 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=865521&pesq=&pagfis=130>. Acesso em: 14 maio 2020.
- MILANI, Mario Sergio. *Da escrituração no novo Código Civil: comentários aos artigos 1.179 a 1.195 do Código Civil aprovado pela lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.
- PAZIN, Marcia. *Arquivos e organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950*. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha et al. (org.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB, 2014. p. 17-48.
- SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 85-100, 2015.

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 8/9/2020